

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

TRADUÇÃO

MUDANÇA E CONTINUIDADE, PRÁTICA E MEMÓRIA: PERSISTÊNCIA NATIVA AMERICANA NA NOVA INGLATERRA COLONIAL*

Stephen W. Silliman**, Tradução por*** Marianne Sallum**** e Francisco Silva Noelli*****

RESUMO

O estudo arqueológico de povos nativos americanos durante os períodos coloniais na América do Norte tem se concentrado amplamente em avaliar a natureza da mudança e da continuidade cultural por meio da cultura material. Embora seja uma abordagem valiosa, ela tem suas limitações por se concentrar demais nas dicotomias de mudança e continuidade, em vez de em sua inter-relação, apoiando-se em categorias culturais acríticas de artefatos, e por não reconhecer o papel da prática e da memória na identidade e na persistência cultural. Pesquisa arqueológica em andamento sobre a reserva Eastern Pequot em Connecticut, que foi criada em 1683 e tem sido habitada continuamente desde então por membros da comunidade Eastern Pequot, permite uma visão diferente da natureza da mudança e da continuidade. Três sítios da reserva que abrangem o período entre cerca de 1740 e 1840 destacam a escala e a temporalidade da memória social e as relações entre prática e materialidade. Embora os sítios da reserva mostrem mudanças quando comparados ao “parâmetro pré-contato”, eles apresentam uma continuidade notável durante o período da reserva. A interpretação resultante fornece não apenas representações mais fundamentadas e adequadamente dimensionadas das práticas culturais passadas, mas também engajamentos críticos com categorias analíticas que carregam peso político significativo bem além dos círculos arqueológicos.

Palavras-chave: Persistência; Práticas; Memórias; Povos indígenas.

* From: SILLIMAN, S. W. Change and continuity, practice and memory: Native American persistence in colonial New England. *American Antiquity*, v. 74, n. 2, p. 211-230, 2009.
DOI: <https://doi.org/10.1017/S0002731600048575>.

** Department of Anthropology, University of Massachusetts Boston, Boston, MA.
E-mail: stephen.silliman@umb.edu.

*** Esta tradução foi autorizada por Stephen W. Silliman e realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Brasil. Processo nº 2024/20602-0.

**** Laboratório de Estudos Arqueológicos (LEA), Departamento de História, Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos. Centro de Arqueologia (Uniarq), Universidade de Lisboa.
E-mail: marianne.sallum@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9210-2044>

***** Centro de Arqueologia (Uniarq), Universidade de Lisboa. E-mail: fnoelli@letras.ulisboa.pt.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0267-583X>

CHANGE AND CONTINUITY, PRACTICE AND MEMORY: NATIVE AMERICAN PERSISTENCE IN COLONIAL NEW ENGLAND

ABSTRACT

The archaeological study of Native Americans during colonial periods in North America has centered largely on assessing the nature of cultural change and continuity through material culture. Although a valuable approach, it has been hindered by focusing too much on the dichotomies of change and continuity, rather than on their interrelationship, by relying on uncritical cultural categories of artifacts and by not recognizing the role of practice and memory in identity and cultural persistence. Ongoing archaeological research on the Eastern Pequot reservation in Connecticut, which was created in 1683 and has been inhabited continuously since then by Eastern Pequot community members, permits a different view of the nature of change and continuity. Three reservation sites spanning the period between ca. 1740 and 1840 accentuate the scale and temporality of social memory and the relationships between practice and materiality. Although the reservation sites show change when compared to the “precontact baseline,” they show remarkable continuity during the reservation period. The resulting interpretation provides not only more grounded and appropriately scaled renderings of past cultural practices but also critical engagements with analytical categories that carry significant political weight well outside of archaeological circles.

Keywords: Persistence; Practices; Memories; Indigenous peoples.

CAMBIO Y CONTINUIDAD, PRÁCTICA Y MEMORIA: PERSISTENCIA DE LOS NATIVOS AMERICANOS EN LA NUEVA INGLATERRA COLONIAL

RESUMEN

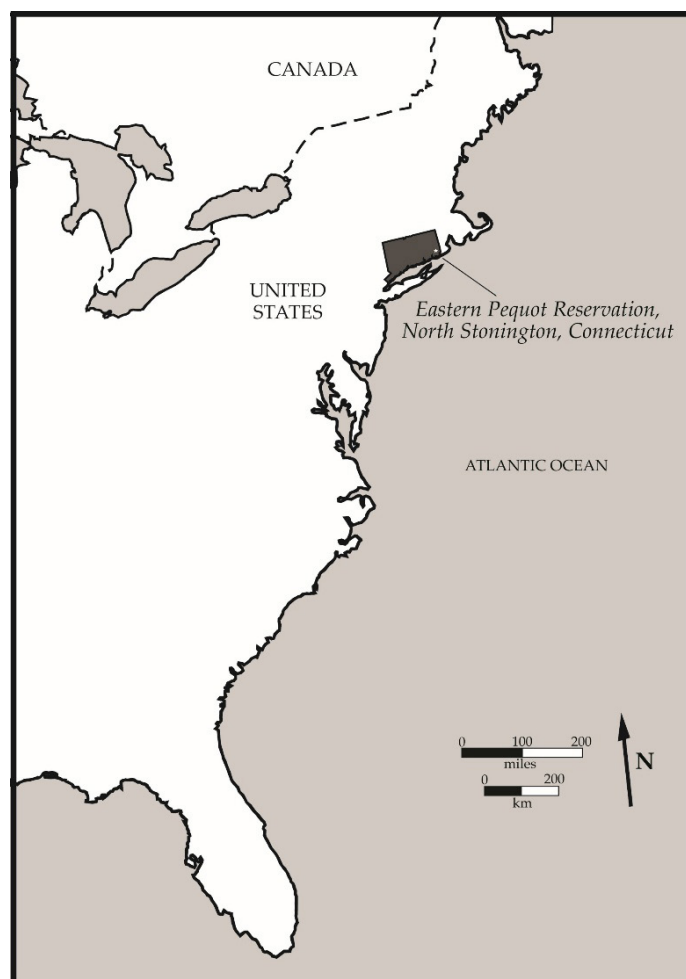
El estudio arqueológico de comunidades indígenas durante distintos periodos coloniales en Norte America se ha centrado principalmente en evaluar la naturaleza del cambio cultural y la continuidad a través de la cultura material. A pesar de su valor, estos acercamientos han sido obstruídos por los enfoques excesivos en la dicotomía de cambio y continuidad en vez de en el entendimiento de su interrelación. Esto se debe por depender en categorías acríicas sobre los artefactos, y no reconer el rol de la práctica y la memoria en la indentidad y la perpetuación de la cultura. Estudios arqueológicos en la reservación de Eastern Pequot en Connecticut, creada en 1683 y habitada desde entonces por los miembros de la misma comunidad, han permitido ver la naturaleza del cambio y la continuidad de este grupo desde punto de vista alterno. Tres diferentes sitios arqueológicos localizados en la reservación y con periodos de población entre 1740 y 1840 acentúan la escala y temporalidad de la memoria social y la relación entre la práctica y la materialidad. A pesar de que estos sitios de la reservación muestran cambios al ser comparados con el período precontacto (“precontact baseline”), estos también muestran una notable continuidad durante el período de la reservación. El resultado de ésta interpretación no solo provee una representación más apropiada y arraigada en las prácticas culturales pasadas, sino que también provee un compromiso crítico con categorías analíticas llenas de sentido político que se extienden y tiene repercusiones fuera de los círculos arqueológicos.

Palabras clave: Persistencia; Prácticas; Memorias; Pueblos indígenas.

A maioria das arqueologias do colonialismo tem a questão da continuidade e da mudança cultural como ponto central de seus estudos. Como a interação entre grupos culturais levou a mudanças em um ou outro? Que tipos de traços ou práticas foram adotados, impostos, resistidos ou transformados? Normalmente, as(os) pesquisadoras(es) fazem essas perguntas principalmente, e talvez injustamente, aos povos indígenas como uma forma de rastrear os elementos de mudança e continuidade que permeiam suas histórias de envolvimento com o colonialismo europeu em suas diversas formas. Essas questões estão presentes na antropologia e na história desde o início do século XX e ainda fornecem uma base para investigações no século XXI, embora agora com novas nuances significativas devidas aos resultados dos últimos vinte anos de trabalho conceitual e empírico.

A suposição das(os) arqueólogos(os) tem sido de que mudança e continuidade representam dois resultados diferentes que são reconhecíveis, senão mensuráveis, por meio de restos materiais e aplicáveis a grupos culturais ou a componentes deles. Já não estou mais convencido dessa suposição, devido em grande parte ao meu projeto arqueológico colaborativo de longo prazo em andamento com a Nação Tribal Eastern Pequot de Connecticut (Figura 1) para estudar as respostas de sua comunidade ao colonialismo e à vida em reservas por intermédio de uma variedade de lentes pós-coloniais.

Figura 1. Mapa do leste da América do Norte, mostrando a localização da reserva Eastern Pequot em North Stonington, Connecticut.



Fonte: Stephen W. Silliman.

Ao perder a confiança nessa suposição, não quero dizer que questiono as capacidades da arqueologia de interpretar a história, suas habilidades de aplicar perspectivas científicas e humanísticas para entender melhor o colonialismo ou suas intervenções necessárias em um mundo permeado por tais legados históricos. Ela é bem adequada para tudo isso (Cusick, 1998; Gosden, 2004; Hall, 1999; Lightfoot, 2004; Lightfoot; Martinez; Schiff, 1998; Lilley, 2000; Loren, 2008; Lyons; Papadopoulos, 2002; Murray, 2004; Rubertone, 2000, 2001; Schrire, 1995; Stein, 2005; Van Dommelen, 2005, 2006). Em vez disso, questiono as maneiras pelas quais aplicamos as noções dicotômicas de mudança e continuidade para situações coloniais sem considerar suficientemente a materialidade, a memória e a prática, grande parte das quais, na América do Norte e na Austrália, é influenciada por uma visão profundamente arraigada do colonialismo como contato cultural (Silliman, 2005). Esse questionamento leva a outras indagações. Certamente, algumas pessoas da arqueologia mostraram como diferentes elementos culturais podem revelar mudanças, enquanto outras indicam continuidades. Porém, quem ou o quê está sendo avaliado em última análise: culturas, etnias, comunidades, famílias, agentes individuais, práticas sociais ou outra coisa? Como isso é rastreado ou manifestado ao longo do tempo por meio de objetos materiais, e como regularmente atribuímos a esses itens um tipo de identidade cultural? De fato, por que atribuímos identidades culturais aos objetos? Além disso, qual é o termo de comparação? Ao estudar grupos indígenas no contexto do colonialismo europeu, é sempre apropriado usar suas práticas culturais imediatamente pré-contato como parâmetro?

Como fazemos essas comparações e por quanto tempo depois que esse limiar inicial foi ultrapassado? Essas questões são certamente úteis para aprimorar as interpretações históricas e arqueológicas, mas não são preocupações esotéricas ou acadêmicas desconectadas do mundo contemporâneo. As comunidades nativas americanas continuam a ser julgadas por cidadãos privados, funcionários governamentais, antropólogos(os) e pela mídia com base no quanto mudaram ou não mudaram, e esses julgamentos impactam diretamente questões de autenticidade, soberania, terras e outros aspectos de suas vidas cotidianas. As pessoas da arqueologia não são observadoras inocentes.

Neste artigo abordo essas questões e ofereço uma série de respostas exploratórias mediante reflexões teóricas sobre colonialismo, materialidade, memória e identidade, aplicadas a vários anos de pesquisa empírica em sítios arqueológicos de nativos americanos do período colonial no sul da Nova Inglaterra. Com base na ênfase de Lightfoot (1995) e Tveskov (2007) nas dimensões multiescalares e diacrônicas na pesquisa colonial, nas aplicações da teoria pós-colonial à arqueologia histórica e à antropologia (Loren, 2008; Thomas, 1991, 1994; Van Dommelen, 2006), na crescente riqueza do “trabalho de memória” na arqueologia (Alcock, 2002; Jones, 2007; Mills; Walker, 2008; Van Dyke; Alcock, 2003) e em minhas tentativas anteriores de remover a terminologia do período de contato dos estudos coloniais (Silliman, 2005), ofereço perspectivas sobre memória social e práticas materiais que podem ajudar a reformular questões de pesquisa antropológica sobre colonialismo e indigeneidade para evitar a armadilha potencialmente inerente à dicotomia mudança-continuidade. Essas perspectivas revelaram até agora processos complexos de construção e manutenção de comunidade, tradição e cultura para os Eastern Pequot.

MUDANÇA, CONTINUIDADE E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Como observado no início deste artigo, uma pergunta que as pessoas da arqueologia ou outras comumente fazem sobre sítios nativos americanos no mundo colonial da América do Norte é: de que maneira as comunidades ou pessoas indígenas mudaram, e de que maneira permaneceram as mesmas? Essa pergunta não é estranha

em outros contextos também, seja na África, Austrália, América do Sul ou em outros lugares. Para responder a essa pergunta, a tradição na arqueologia tem sido atribuir artefatos recuperados de sítios que evidenciam a interação entre nativos americanos e colonizadores europeus em três categorias principais: nativo/indígena, europeu/colonizador e formas híbridizadas. Essas categorias são usadas no treinamento de estudantes, no preenchimento de formulários de campo e laboratório, na condução de análises e, em outras palavras, no *pensamento*¹.

Em contextos norte-americanos, os artefatos europeus incluem objetos como garrafas de vidro, ferramentas de metal, cerâmicas feitas na roda de oleiro e queimadas em forno, pregos, chaleiras de cobre e ferro e vidros de janela, entre outras coisas. Artefatos nativos americanos incluem ferramentas de pedra lascada, ornamentos de concha e outros itens considerados “tradicionais” (por exemplo cestos, cerâmicas de queima em baixa temperatura, certos estilos de habitação), dependendo da região cultural em questão. As formas híbridizadas incluem coisas como vidro de garrafa lascado para formar ferramentas de corte ou pontas de projéteis, objetos de cobre cortados e reformados em ornamentos ou pontas de flecha, e pederneiras de armas de fogo reconfiguradas em outras ferramentas, apenas para citar os exemplos mais conhecidos. No entanto, alguns artefatos escaparam dessas categorias. Contas de vidro, embora de origem europeia, têm sido consistentemente categorizadas como artefatos nativos americanos. Essa transgressão de origem-identidade é uma raridade na arqueologia e provavelmente ocorreu porque arqueólogos(os) acreditam que essas contas têm certa exclusividade como objetos indígenas. Caso contrário, essa categorização tripartite não lida bem com o compartilhamento de tipos de objetos entre fronteiras culturais/étnicas (Silliman, 2010). As análises usando essas categorias foram muito além dos modelos de aculturação que as produziram (Quimby; Spoehr, 1951), graças às noções pós-coloniais de hibridação e ao abandono das tentativas de usá-las para medir quantitativamente a aculturação, mas o pressuposto básico parece permanecer: as identidades culturais desses artefatos são um dado. Essas categorias assumiram um status ontológico – elas estão sempre presentes antes do início da análise. Elas estabelecem um cenário de ou/ou que direciona as evidências materiais para um lado ou outro da dicotomia, guiado por categorias predefinidas do que é nativo americano e do que é europeu, permitindo híbridos apenas quando modificações ou transformações são materialmente evidentes. Essas categorias de “o que é” baseiam-se fortemente em um legado de compreensão do colonialismo não como um complexo emaranhado de histórias, identidades e lutas de poder, mas como culturas em contato com as únicas opções de mudar ou permanecer a mesma (Silliman, 2005).

Essa rigidez desnecessária nas categorias materiais tende a desencorajar a mudança de escalas de análise temporal e espacial e a negligenciar a prática e a memória, ambas essenciais para permitir visões mais multiescalares e diacrônicas de situações históricas reais. Da mesma forma, essa categorização também praticamente garante que os grupos nativos americanos sejam considerados, antes de tudo, como tendo mudado significativamente (porque possuem mais bens “Europeus” do que antes) e como tendo mudado mais do que os colonos e assentados vizinhos. Isso reflete temas poderosos na narrativa nacional dos Estados Unidos, apesar das evidências de que todos

¹ Hart (2004) mostra tendências semelhantes na forma como os artefatos são classificados como históricos ou pré-históricos, um padrão que tende a se basear em uma combinação dessa visão das identidades culturais dos artefatos com uma suposição sobre as direções da mudança material.

aqueles com heranças culturais e biológicas profundamente enraizadas no continente norte-americano passaram por mudanças nos últimos 250 anos.

Os entendimentos públicos e nacionais parecem atormentados, talvez não mais tanto pela ideia de que as culturas nativas americanas são estáticas e incapazes de mudar, mas pela ideia de que quaisquer mudanças nas sociedades nativas americanas durante os períodos coloniais necessariamente comprometeram suas identidades, valores centrais, resiliência demográfica e, por extensão, seus direitos de se identificar autenticamente como povos indígenas. Por exemplo, a maioria das crianças de escolas norte-americanas ouviu como os colonos britânicos sobreviveram e persistiram no nordeste utilizando o milho dos nativos americanos (como no conto dos peregrinos), mas provavelmente ninguém nunca sugeriu que os colonos britânicos se tornaram mais nativos americanos ao adotarem seus alimentos.

Esse pensamento dicotômico apaga a criatividade cultural e a hibridez pós-colonial com a atribuição de identidades étnicas generalizadas pelo uso de categorias materiais rígidas. Essas categorias ressoam em noções de senso comum do que são os artefatos europeus e indígenas, não apenas aos olhos do público, mas também no pensamento cotidiano das próprias pessoas da arqueologia. Um exame mais detalhado revelaria que essas categorias, bastante tóxicas (Bourdieu, 1990) a essa altura e, portanto, aparentemente naturais e óbvias, são legados do colonialismo e derivam de muito mais do que os esquemas de classificação acadêmica consensuais baseados em algum tipo de critério supostamente objetivo. Em vez disso, elas são baseadas em categorias culturais que há séculos diferenciam o “ocidental” do “indígena” na América do Norte e que facilmente migraram para as disciplinas da antropologia e da arqueologia no estágio inicial de seu desenvolvimento. O problema não está na existência dessas categorias gerais, pois elas podem ser úteis e apropriadas em vários casos, mas na prática e memória em que foram produzidas, utilizadas, descartadas e dotadas de significado. Alguns trabalhos interpretativos pós-coloniais já foram realizados para dismantelar essas suposições na arqueologia (Van Dommelen, 2002, 2006), baseando-se parcialmente em trabalhos mais amplos da antropologia histórica que problematizam visões simplistas e coloniais da cultura material usada por povos indígenas (Thomas, 1991, 1994).

Um conceito-chave tem sido a interseção entre práticas e materialidades, não de formas que privilegiam um ou outro, mas que examinam suas interseções e coengajamentos. A diferença está em ver os objetos materiais como constituintes das práticas e como desafios a essas práticas, mas não como tendo significado ou função intrínsecos sem esse contexto social (Jones, 2007). A pesquisa de Diana Loren (2001b, 2003, 2008) sobre a interação entre espanhóis, franceses e nativos americanos no sudeste colonial da América do Norte demonstrou como o vestuário e a ornamentação corporal funcionam como espaços ativos para a negociação e a redefinição do significado dos artefatos. As categorias preexistentes de objetos indígenas e europeus são pouco relevantes quando o que merece análise são as práticas de uso desses objetos (Loren, 2001a, p. 67).

O estudo de Laurier Turgeon (1997) sobre as biografias sociais das chaleiras de cobre na América do Norte fornece outro exemplo relevante. Aqui, a análise das vidas sociais desses chamados artefatos Europeus, por meio de sua distribuição e uso em sociedades nativas americanas, começa a desmontar a noção de que esses objetos podem ser facilmente identificados no início ou, mesmo em análises mais avançadas, como simplesmente nativos americanos ou europeus. Em certo sentido, eles não são nem um nem outro, mas ambos. Estabelecendo um ponto semelhante, o trabalho de Paul Prince (2002) com os Bella Coola na costa noroeste da América do Norte revelou que a adoção de “bens europeus” em contextos funerários sobre o solo, que alguns pesquisadores

poderiam chamar de mudança, foi na verdade feita para abrir novos caminhos para permanecer o mesmo em relação à manutenção de princípios culturais duradouros de família, identidade e posição social.

A análise de Christina Hodge (2005) de um contexto de cemitério wampanoag do século XVIII em Massachusetts demonstrou como um cemitério indígena pode parecer um cemitério anglo (particularmente quacre) – sem objetos mortuários ou vestimentas, uso de mortalhas e alfinetes de mortalha, uso de lápides e marcadores de pés, e orientações de covas altamente variáveis. Como ela destaca, o “parecer com” não pode ser tomado ao pé da letra, pois evidencia hibridismo, mimetismo e apropriação para reivindicar pertencimento à comunidade, em vez de servir como um simples indicador de mudança cultural e subsequente invisibilidade material. Finalmente, meu próprio trabalho discutiu as formas como essas categorias materiais privilegiam origens culturais, sejam elas presumidas ou reais, em vez de enfatizar como os objetos foram usados em práticas cotidianas e em interações sociais contínuas (Silliman, 2010). Minha preocupação tem sido a invisibilidade dos nativos americanos em contextos coloniais, particularmente onde trabalhavam como trabalhadores braçais, porque a categorização dos objetos por suas origens na produção obscureceu as atividades cotidianas, como manuseio de pratos e vidrarias, que os levaram às mãos de outras pessoas e, provavelmente, a outros significados. Arqueólogas(os) consideram esses itens, como louças de cerâmica, como sendo sempre fundamental e categoricamente artefatos europeus/euro-americanos em lares europeus/euro-americanos, independentemente de quem os manuseava ao longo do dia.

MEMÓRIA E PRÁTICA

Um tema presente nessas críticas e uma possível solução para esse dilema são a prática e a memória, ambas as quais estruturam o contexto social no qual esses artefatos adquiriram seus significados e se tornaram úteis, simbólicos ou culturalmente significativos. Tornar inteligível o que esses materiais significaram e como atuavam em contextos culturais nativos americanos (e em sítios arqueológicos) afetados pelo colonialismo europeu envolve não tanto saber de onde esses itens se originaram, como se isso oferecesse significados culturais pré-estabelecidos, mas quem os utilizou e como (Silliman, 2010). Nesse âmbito de “quem” e “como”, agentes sociais, objetos materiais, significados, subjetividades e identidades se entrelaçam e ganham forma por meio da prática. As pessoas podem evocar origens próximas, remotas ou inventadas dos objetos nessas práticas, a partir de memórias individuais ou coletivas, mas histórias – sejam de objetos, indivíduos ou grupos de pessoas – precisam ser performadas na prática social para terem relevância no presente (Jones, 2007).

Às vezes, a evocação ocorre mediante a memória corporal, como nas disposições do *habitus* (Bourdieu, 1977, 1990), outras vezes por memórias individuais que orientam as tomadas de decisões e as capacidades avaliativas; e, em outros casos, com memórias coletivas que se tornam recursos para agentes sociais que buscam “continuar” no mundo e para aqueles que procuram confrontar esse mundo. Seguindo Paul Connerton (1989), estas podem envolver memórias inscritas, como aquelas capturadas em textos ou em monumentos comemorativos, ou memórias corporificadas, como as que envolvem rituais ou comportamentos dentro e entre corpos humanos. O tipo de memória envolvido nas práticas cotidianas não pode ser assumido a priori, pois pode variar conforme indivíduo, contexto e espaço, assim como a escala temporal dessa memória não pode ser prevista antecipadamente. No entanto, esses tipos e escalas são cruciais para compreender como avaliar noções de mudança e continuidade. Felizmente, arqueólogas(os) começaram a explorar maneiras de acessar essas memórias sociais ou usos do passado no passado

(Alcock, 2002; Cipolla, 2008; Jones, 2007; Mills; Walker, 2008; Olivier, 2004; Van Dyke, 2004; Van Dyke; Alcock, 2003; Yoffee, 2007).

A maioria das pessoas da arqueologia tende a se concentrar no lado monumental da memória comemorativa, especialmente ao analisar como sociedades extensas – como Chaco (Mills, 2008; Van Dyke, 2004), os antigos Maias (Joyce, 2003, 2008), o Egito do Novo Império (Meskell, 2003, 2004) ou diversos estados antigos ao redor do Mediterrâneo (Alcock, 2002; Yoffee, 2007) – transmitiram e manipularam informações no contexto mais amplo do poder social. Poucos estudam os aspectos mais corporificados da memória no registro arqueológico, embora arqueólogas(os) como Rosemary Joyce (2003, 2008) e Timothy Pauketat e Susan Alt (2003) transitem habilmente entre o comemorativo e o cotidiano. Ainda menos pesquisadoras(es) analisam sociedades organizadas em escalas menores ou encapsuladas dentro de projetos coloniais ou nacionais mais amplos, um contexto que pode ajudar os pesquisadores a irem além da noção de memória social como “memória coletiva” para uma concepção de memória social como um recurso contestado e negociado por agentes e práticas. O potencial para esse tipo de estudo arqueológico em pequena escala existe não porque a presença efêmera da memória corporificada seja tão visível ou “concreta” quanto a memória comemorativa, mas porque seus efeitos podem ser observados por meio do processo de reprodução social de maneiras muito concretas e materiais. As comunidades indígenas que se formaram e reformaram após o colonialismo europeu oferecem justamente tais exemplos (Cipolla, 2008).

Já que as pessoas fazem e refazem a história e a memória em suas práticas, é importante observar as escalas em que isso ocorre e onde os efeitos se manifestam. As pessoas da arqueologia tendem a querer examinar mudanças e continuidades históricas na longa duração, mas não podemos necessariamente impor nossa escala às vidas cotidianas das pessoas do passado sem uma justificativa adequada. Esses agentes sociais podem não ter conhecido essas escalas da maneira que as(os) arqueólogas(os) conseguem reconstruí-las hoje por meio do registro material, ou podem tê-las conhecido bem por meio da história oral e das histórias incorporadas na paisagem e nos objetos materiais, mas optaram por não as mobilizar ou as discutir. Como memórias não realizadas, elas teriam pouco impacto no mundo social. O que talvez não seja plenamente reconhecido é que os agentes sociais frequentemente recorrem a memórias mais próximas a eles – pessoais, familiares ou geracionais – que podem ser lembradas individualmente ou acessadas por meio de narrativas sociais como um contexto para ação e construção de significados. Essas são escalas humanas, relacionadas ao ciclo de vida (Van Dyke, 2008), e têm impactos profundos em como a tradição é transmitida e reformulada em áreas colonizadas com persistência indígena (Tveskov, 2007). O trabalho de Patricia Rubertone (2001) em um cemitério narragansett do século XVII em Rhode Island ilumina exatamente esse contexto. Ela interpreta as práticas funerárias, objetos mortuários, aspectos espaciais e corpos nesse cemitério indígena, alguns dos quais envolvem itens “europeus introduzidos”, como a materialização de ciclos culturais de vida, em vez de um indicador de mudança em relação a um padrão estabelecido menos de um século antes. Ou seja, esses agentes teriam usado esses objetos para negociar, marcar e, talvez, contestar tradições culturais que os levaram a aquele momento específico no tempo. A prática oferece o elo vital entre história e memória, funcionando como o mecanismo de criar e recriar esses laços, de performar a tradição e de desenvolver novas formas de viver no mundo (Joyce, 2008; Pauketat, 2001b). A prática é o ponto materialmente corporificado e ativo de articulação e recontextualização – e, mais importante, de existência performada –

desses vetores sociais. Os objetos são constituintes e representantes da prática, e não símbolos ou significados óbvios sem eles.

Como John Barrett (2001) argumenta em suas discussões sobre o neolítico britânico, a teoria da prática ajuda as(os) arqueólogas(os) a refletir sobre o que foi possibilitado em determinados contextos materiais para agentes sociais. Deslocar o foco analítico para as práticas permite maior fluidez na interpretação de artefatos, pois essas materialidades moldam práticas sociais e agência – às vezes tornando coisas possíveis, outras vezes impossíveis, mas nem sempre destacando identidades culturais, mesmo quando facilitam sua persistência.

Estudos arqueológicos históricos sobre o colonialismo revelaram que essas possibilidades podem ser bastante numerosas para os artefatos comumente chamados de nativos americanos e europeus. Por exemplo, itens chamados de “europeus” em contextos coloniais do Novo Mundo podem ser usados de várias maneiras: para fazer os colonos europeus se sentirem mais em casa, como instrumentos de assimilação forçada, para representar a hegemonia europeia, para oferecer maneiras de os povos indígenas sobreviverem em contextos coloniais, para fornecer matérias-primas para tecnologias indígenas, para sustentar o comércio entre diferentes povos, para representar gênero ou classe além de fronteiras étnicas, para substituir algumas tecnologias nativas americanas, para atender a interesses de trabalho industrial, para alimentar famílias, entre outros. Reconhecer essas múltiplas permutações muda o foco de volta para as práticas que essas materialidades sustentam ou excluem e as maneiras como as práticas imbuíram os objetos de significados sociais. Aqui reside uma questão mais sutil sobre a genealogia de comunidades, residências e práticas do que aquela enquadrada pela mudança e continuidade cultural impulsionadas por objetos.

Os estudos de Rodney Harrison (2002, p. 72) na Austrália destacaram a necessidade de repensar a categorização de artefatos no contexto da memória social. Ao combinar estudos arqueológicos com histórias orais e colaboração com indígenas australianos, revelou-se de forma surpreendente que os aborígenes consideraram as latas de fósforos metálicas encontradas em sítios aborígenes como artefatos aborígenes.

Esses objetos não se encaixam em uma visão arqueológica de longa duração dos povos aborígenes como tendo qualquer outra origem além da mais recente e da mais europeia, o que tende a relegá-los, no mundo acadêmico, a uma posição de menor importância. No entanto, os aborígenes no final do século XX viam essas latas de fósforos como parte de sua história cultural, como seus artefatos e como evidência de continuidade cultural do passado ao presente. Isso não significa que esses indivíduos não recorressem a memórias sociais muito mais profundas em outros contextos e com outros objetos, mas significa que esses itens e as práticas que eles sustentavam têm relevância em sua prática contemporânea.

Os povos maias que vivem próximos aos sítios arqueológicos de Chichén Itzá e Chunchucmil, no México, oferecem outro exemplo (Breglia, 2006, 2009). Trabalhadores maias sentem uma conexão com a região e com o próprio sítio arqueológico devido à sua relação com a indústria do *henequém*, às suas atividades agrícolas em *ejidos* do século XX, ao seu emprego como escavadores durante as temporadas de campo no verão e ao seu status como *los antiguos*, que viveram na zona do sítio arqueológico no século XX, mas não explicitamente ou rotineiramente em função de serem descendentes dos antigos Maias. Isso contraria as expectativas das(os) arqueólogas(os) sobre os povos indígenas – de que cultivariam ativamente suas conexões de memória social com os períodos que as pessoas da arqueologia decidiram serem os mais relevantes. Em vez disso, esse caso mostra que os Maias de Yucatán, ou pelo menos algumas de suas

comunidades, recorrem a memórias sociais muito mais recentes, mas não menos autênticas, para fundamentar suas conexões com a terra e com sua história.

Nenhum desses casos indica que os aborígenes contemporâneos ou os Maias estejam separados de seus ancestrais antigos ou não tenham conexões legítimas com sua herança profunda. Pelo contrário, os casos revelam que os elos individuais na longa cadeia da história podem, às vezes, ser mais curtos do que se imaginava ou do que pode ser o caso em outros grupos indígenas que mobilizam mais facilmente suas conexões com práticas culturais milenares. Como resultado, as(os) arqueólogas(os) não podem assumir que as práticas culturais dos nativos americanos imediatamente antes da chegada dos europeus em uma determinada área sejam necessariamente um parâmetro para medir todos os períodos subsequentes.

Usar tal parâmetro faz sentido para analisar mudanças imediatas no pós-contato, mas talvez não para aquelas que ocorrem dois ou três séculos depois, como é possível nas áreas de colonização britânica inicial no leste da América do Norte ou de colonização espanhola na Flórida, no sudoeste e na América Latina. Consequentemente, não devemos empregar descuidadamente esquemas de classificação sobre artefatos “europeus” e “nativos americanos”, como se essa estrutura de comparação não avançasse no tempo, contextualmente, como fazem esses grupos culturais. Não consigo imaginar que alguém considere que o último ponto de comparação para os euro-americanos hoje, que estão na América do Norte há muitas gerações, seja seus primeiros encontros com os nativos americanos há duzentos ou quinhentos anos, ou mesmo durante a Revolução Americana na década de 1770.

CONTEXTO HISTÓRICO DOS EASTERN PEQUOT

Essas ideias surgiram em parte de engajamentos mais amplos com teorias pós-coloniais e de prática, mas também dos desafios interpretativos específicos de um projeto de pesquisa em andamento desde 2003, por meio da Escola de Campo Arqueológica dos Eastern Pequot. O projeto é uma colaboração entre a Nação Tribal dos Eastern Pequot e a Universidade de Massachusetts, de Boston, com o objetivo de estudar a história da comunidade dos Eastern Pequot, examinar a natureza da vida na reserva em períodos coloniais e formar estudantes e representantes comunitários nos métodos, teorias, práticas e políticas da arqueologia contemporânea (Silliman; Dring, 2008).

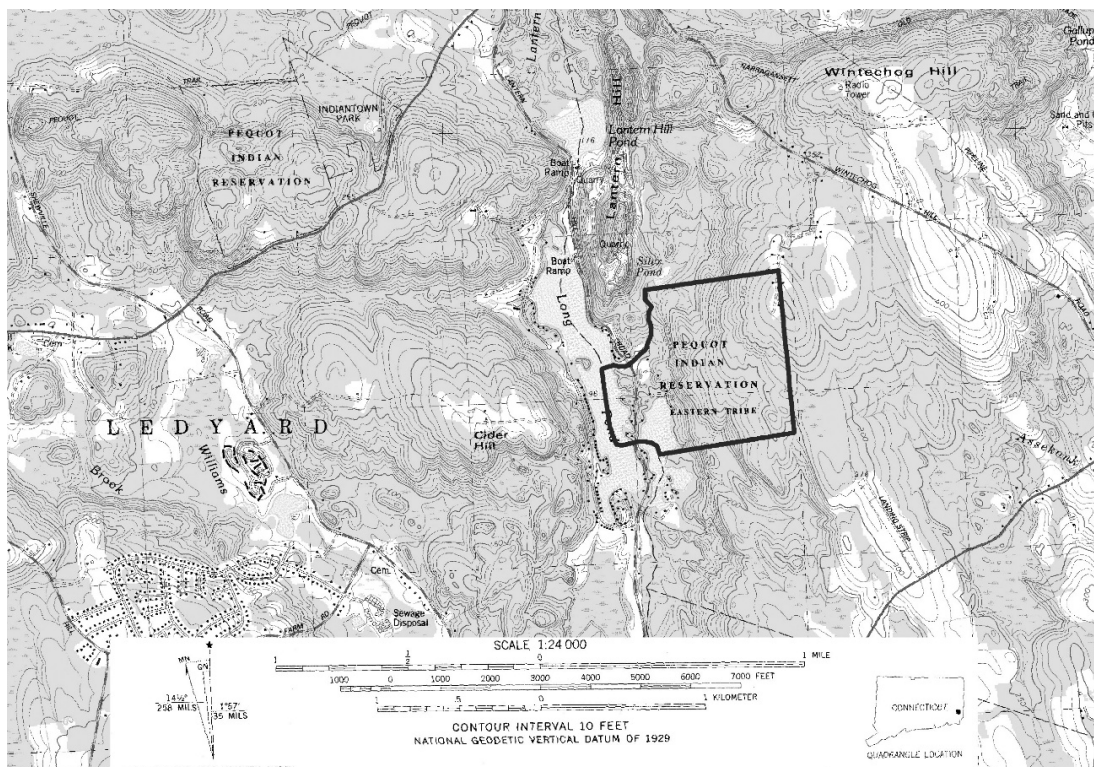
Um dos principais objetivos da comunidade era expandir o conhecimento histórico já mantido pela Nação Tribal dos Eastern Pequot e registrado em sua petição de reconhecimento federal pelo governo dos Estados Unidos (Bragdon; Simmons 1998; Eastern Pequot Tribal Nation, 2001)². O projeto concentra-se na reserva de 225 acres em North Stonington, Connecticut, que membros da comunidade dos Eastern Pequot têm ocupado nos últimos 325 anos, desde sua fundação em 1683 pela Colônia de Connecticut (Figura 2). Materializados nessa paisagem estão sítios culturais que destacam as maneiras

² Como ponto de referência, a petição de reconhecimento federal da Nação Tribal Eastern Pequot recebeu uma decisão favorável em 2002 do Bureau de Assuntos Indígenas, entrando posteriormente em um longo período de apelações, e foi finalmente revogada em 2005 por essa mesma agência, após uma reavaliação das evidências motivada politicamente. O projeto arqueológico teve início em 2003 como resultado da iniciativa proativa dos membros da comunidade Eastern Pequot em estabelecer um programa de preservação histórica e cultural, como parte de seu iminente processo de reconhecimento federal. Apesar da perda devastadora do status federal esperado, o projeto continuou a contribuir de maneira positiva (Silliman; Dring, 2008).

como materialidade, memória e prática podem revelar melhor os processos coloniais e as sobrevivências indígenas.

O estabelecimento da reserva ocorreu no volátil século XVII no sul da Nova Inglaterra. Dentro de quinze anos após o reconhecimento do rio Connecticut por Adriaen Block em 1613-1614, os Pequot – um grande grupo que tinha líderes (*sachems*), circuitos sazonais, uma economia de subsistência mista de horticultura, caça, coleta e um padrão de assentamento de grandes aldeias fluviais e costeiras, além de sítios menores em áreas elevadas e algumas zonas costeiras (McBride, 1994) – haviam estabelecido uma relação comercial exclusiva de *wampum* (contas de conchas) com os holandeses e começaram a exercer controle político e territorial sobre uma grande área (McBride, 1994, p. 13).

Figura 2. Localização da reserva dos Eastern Pequot em um mapa topográfico do Serviço Geológico dos Estados Unidos. Observe a proximidade com a reserva Western (Mashantucket) Pequot a noroeste.



Fonte: U.S. Geological Survey. Old Mystic quadrangle, Connecticut [map]. 1:24,000. 7.5 Minute Series. Reston, Virginia: United States Department of the Interior, 1983.

As relações entre grupos nativos indígenas norte-americanos e os colonos holandeses, bem como a crescente população de colonos ingleses, estavam tensas na década de 1630 (Cave, 1996; Hauptman, 1990; Salisbury, 1982). Uma série de mortes e retaliações no lado colonial e dos Pequot, juntamente com o aumento da agressão britânica, levou à Guerra dos Pequot de 1636-1637, na qual os britânicos lançaram o que muitos consideram ser a primeira tentativa real de genocídio colonial em solo norte americano.

O Tratado de Hartford de 1638, firmado após a Guerra dos Pequot, resultou na distribuição das famílias Pequot sobreviventes entre as comunidades Mohegan e Narragansett, na venda de muitos sobreviventes como escravos no Caribe e na execução de outros (Cave, 1996; Salisbury, 1982, p. 222). O tratado estipulava que os Pequot não

poderiam retornar às suas terras ancestrais nem falar novamente o nome de seu povo³. Após várias décadas e com a crescente autonomia dos grupos Pequot remanescentes em duas reservas – a ocidental (ou Mashantucket) em 1666 e a oriental (ou Pawcatuck) em 1683 –, como uma forma de segregar espacial e simbolicamente um “povo conquistado” em meio à crescente presença colonial no sul de Connecticut (Campisi, 1990; Den Ouden, 2005). Isso solidificou colonialmente uma divisão dentro desse grupo Pequot outrora unido, embora casamentos mistos e residências compartilhadas tenham ocorrido frequentemente nos séculos seguintes.

A reserva original de 280 acres dos Eastern Pequot, posteriormente reduzida para aproximadamente 225 acres, foi uma bênção contraditória. Por um lado, forneceu uma base territorial em uma paisagem colonial, embora com algumas das piores terras para cultivo, devido ao terreno rochoso cheio de cascalho glacial e solos rasos. Desde o final do século XVII, os membros da comunidade dos Eastern Pequot tiveram que defendê-la constantemente contra a invasão dos colonos (Den Ouden, 2005). Por outro lado, a reserva funcionava como um local de confinamento espacial, afastando-os de seus antigos territórios costeiros e da supervisão por parte dos colonizadores europeus e, mais tarde, dos euro-americanos. Ela simbolizava sua marginalização no mundo econômico da Nova Inglaterra colonial e seu status como um povo supostamente conquistado. No entanto, como argumenta Den Ouden (2005), a conquista no sentido militar não representou uma conquista cultural nem um golpe final para nenhum dos grupos Pequot. Até o momento, pesquisas históricas e arqueológicas sugerem que os séculos XVIII e XIX foram um período em que muitos nativos americanos no sul da Nova Inglaterra incorporaram algumas características dos modos de vida europeus/coloniais, como o cristianismo, práticas agrícolas, criação de gado e bens materiais produzidos industrialmente, enquanto continuavam com outras práticas “tradicionais” ou realizavam atividades “europeias” de maneiras distintamente “nativas americanas” (Bragdon, 1988; Cipolla, 2008; McBride, 1990, 1993, 2005; Mrozowski *et al.*, 2005; Silverman, 2005).

No século XVIII, houve uma mudança nas habitações da reserva dos Eastern Pequot, passando dos *wigwams* para estruturas emolduradas, embora os primeiros ainda fossem uma forma viável de moradia na virada do século XIX (Dwight, 1969, p. 14). As razões por trás dessas mudanças nas práticas, bem como a diversidade e o tempo das respostas, ainda não são totalmente compreendidas. No entanto, o aumento da restrição às terras da reserva pode ter impulsionado essas transformações como uma estratégia de sobrevivência, assim como ocorreu na reserva Mashantucket (Western) Pequot, que tem sido amplamente estudada por pessoas da arqueologia há mais de 25 anos (McBride, 1990, 1993, 1994, 1996, 2005). Podemos esperar alguns padrões semelhantes entre as duas reservas, dado o compartilhamento de antecedentes culturais, experiências coloniais, acesso a mercados, políticas de reserva e casamentos interétnicos.

ARQUEOLOGIA DOS EASTERN PEQUOT: UM RESUMO

A reserva dos Eastern Pequot em North Stonington, Connecticut, fornece um cenário ideal para estudar o colonialismo, sendo uma das primeiras e mais longamente

³ O termo “tribo”, usual nos Estados Unidos, foi traduzido por “povo” ou “comunidade”, dependendo do contexto.

ocupadas reservas no que hoje são os Estados Unidos. A propriedade foi habitada quase exclusivamente por membros da comunidade dos Eastern Pequot, seja por nascimento ou casamento, com a única infiltração europeia/euro-americana acontecendo principalmente por meio de pastoreio e do desmantelamento de cercas fronteiriças. Esse padrão evita o problema de atribuição cultural enfrentado por muitos sítios arqueológicos, pois praticamente todos os locais da reserva, desde a década de 1680, foram ocupados e utilizados por membros da comunidade dos Eastern Pequot. Como resultado, a reserva oferece uma janela sem precedentes para processos de longo prazo de colonialismo e sobrevivência, não de etnicidade estática, mas de comunidade e cultura negociadas. Embora não seja grande, a reserva de 225 acres permanece notavelmente preservada, com floresta secundária, poucas estradas e trilhas de terra e residências do século XX confinadas ao perímetro, afastadas da maioria dos sítios arqueológicos conhecidos. Melhor ainda, como um espaço cultural e histórico ativo para a Nação Tribal dos Eastern Pequot, a reserva oferece um espaço único para pesquisas colaborativas entre arqueólogos(os) e povos indígenas (Silliman; Dring, 2008).

A reserva, assim como sua vizinha Mashantucket Pequot a oeste, contém vários milhares de anos de ocupação indígena muito antes do período da reserva. No entanto, o objetivo principal do projeto de pesquisa tem sido documentar a variabilidade espacial e temporal das residências dos Eastern Pequot desde o final do século XVII até o início do século XX, utilizando uma variedade de levantamentos de superfície e subsuperfície e escavações em larga escala. Até o momento, as estratégias de pesquisa combinadas permitiram estudos em vários sítios e contextos fora dos sítios que abrangem o período de cerca de 1740 a 1860.

Detalhes significativos não são necessários aqui, e as localizações específicas dos sítios estão sendo omitidas para respeitar a privacidade da Nação Tribal dos Eastern Pequot e seus interesses em proteger e preservar esses recursos culturais em suas terras ancestrais. Em vez disso, ofereço um breve resumo, em ordem cronológica, de três sítios extensivamente escavados que abordam as questões interpretativas e teóricas levantadas neste artigo. Eles fornecem uma visão copiosa das práticas culturais dos Eastern Pequot em terras ancestrais e em meio às lutas pela sobrevivência na Nova Inglaterra colonial, porém exclusivamente situados dentro de parâmetros arquitetônicos, artefatuais e alimentares marcados em grande parte por materiais e tecnologias de origem europeia/euro-americana. Isso me permite desenvolver ainda mais as questões de escala e materialidade em relação ao dilema mudança-continuidade.

SÍTIO 102-124

Escavado em 2007, este sítio consiste em uma pequena área residencial (duzentos metros quadrados) descoberta inteiramente por meio de amostragens de subsuperfície. Atualmente, os dados cerâmicos situam a ocupação do sítio entre 1740 e 1760. A análise dos artefatos está em andamento, mas observações de campo e resultados preliminares indicam que a estrutura residencial pode ter sido uma cabana com alguns elementos pregados e pelo menos um painel de vidro ou, alternativamente, uma pequena estrutura de madeira estruturada sem fundação, sem porão ou espaço para rastejar, e sem chaminé.

Figura 3. Vista do Sítio 102-123, escavado em 2005 e 2006. A pilha de pedras em primeiro plano corresponde à chaminé desmoronada de uma casa de estrutura em madeira, e a leve depressão à direita é o porão preenchido que ficava sob essa casa. As pedras empilhadas ao fundo formam o pequeno recinto de muro de pedra que pode ter servido como fundação para um celeiro.



Fonte: fotografia do autor, 2008.

A escavação revelou três fossas de diferentes tamanhos dentro de um espaço de no máximo trinta metros quadrados, que continha uma variedade de resíduos domésticos. As vasilhas e utensílios de cerâmicas incluíam cerâmica vermelha comum, *Astbury-type ware*, *Staffordshire slipware*, *white salt-glazed stoneware* e *Brown Reserve porcelain* (Silliman; Witt, 2010). Também foram recuperados fragmentos de chaleira de ferro e um gancho, assim como uma bala de mosquete, numerosos alfinetes retos, contas de vidro e fragmentos de cachimbo de argila branca. Alguns fragmentos de garrafas de vidro estavam presentes, mas não em grande número. Os materiais arquitetônicos incluíam pregos de ferro forjado, uma pequena quantidade de vidro de janela e alguns buracos de postes. Os restos de alimentos incluíam gado doméstico, peixes, moluscos e outros alimentos (Fedore, 2008).

SÍTIO 102-123

Localizado a menos de cem metros do Sítio 102-124, o Sítio 102-123 foi escavado em 2005 e 2006 (Figura 3). Dados cerâmicos e de outros dados de cultura material indicam fortemente uma ocupação entre as décadas de 1760 e 1800. Ao contrário da residência anterior, esse sítio revelou componentes significativos de superfície e subsuperfície, bem como alterações proeminentes na paisagem circundante.

A área principal da residência cobre aproximadamente 2.500 metros quadrados e inclui duas chaminés colapsadas com lareiras associadas, um porão completo, um monte de rochas e conchas, um pequeno depósito de lixo, uma depressão parcialmente preenchida no formato de um porão/depósito de raízes e um pequeno cercado circular

de pedra que pode ter servido como fundação para armazenamento acima do solo. Nas proximidades, há dois cercados de pedra maiores que, possivelmente, serviram como jardins ou currais para animais.

As cerâmicas variam desde estilos de meados do século XVIII, como *white salt-glazed stoneware*, *slip ware*, a cerâmicas mais comuns no último quarto do século, como *creamware*, *early pearlware*, *english brown stoneware* e porcelana chinesa (Silliman; Witt, 2010; Witt, 2007). A cerâmica vermelha era muito comum, assim como fragmentos de tigela e haste de cachimbo de argila plástica branca (*ball clay*), vidro de garrafa e fragmentos de chaleira de ferro. Vidro de janela, uma grande variedade de pregos cortados, pedras de soleira e pilhas de chaminés colapsadas revelam a presença de pelo menos uma estrutura de tábuas de madeira.

Figura 4. Vista do Sítio 102-113, escavado em 2004. A grande pilha de pedras representa uma chaminé desmoronada, e a concavidade delimitada e parcialmente preenchida por essas pedras corresponde ao espaço rasteiro que existia sob a casa. O depósito de lixo mencionado no texto foi encontrado logo fora do enquadramento da fotografia, à esquerda.



Fonte: Fotografia do autor, 2004.

Também foram recuperados vários artefatos de metal, incluindo garfos, facas, fivelas, anéis de dedo, uma chave e vários botões (Patton, 2007). Um fragmento de ponta de projétil de pedra de data indeterminada, um punhado de lascas de *chert/flint* e duas peças inequívocas de vidro de janela trabalhado representam as tecnologias líticas usadas pelos moradores do sítio. Os vestígios faunísticos revelam a presença de gado (como bovinos e suínos), uso de recursos marinhos (como moluscos, mexilhões, ostras e peixes) e um pequeno número de outros animais da fauna local (Fedore, 2008).

SÍTIO 102-113

Esse sítio foi parcialmente escavado em 2004 (Figura 4). Objetos cerâmicos e de outras culturas materiais apontam para uma ocupação nos primeiros trinta a quarenta anos do século XIX. O sítio consiste dos restos de uma grande chaminé de pedra colapsada de uma casa de madeira estruturada que tinha um pequeno espaço para rastejar sob ela e uma rica lixeira externa. A coleção de artefatos da casa, da lixeira e da dispersão geral de artefatos ao seu redor produziu uma variedade de materiais. Entre as cerâmicas, incluíam-se *redware*, *creamware*, *pearlware*, *english brown stoneware* e porcelana. As hastes de cachimbo e os fragmentos de tigelas apareceram regularmente nas unidades de escavação, assim como vidros de janelas, cacos de garrafas e pregos.

Objetos diversos incluíam ferraduras de boi, um pequeno conjunto de contas de vidro, uma rolha de garrafa de vidro, uma gema de vidro falso, uma moeda com um furo perfurado e uma borda cortada, dois arcos de tesoura, um dedal e uma variedade de botões, fivelas e outros objetos relacionados ao vestuário (Patton, 2007). Materiais líticos incluíam algumas lascas *chert/flint*, um fragmento de tigela de pedra-sabão, um machado e uma ponta de argilito. Restos faunísticos encontrados na lixeira e nos espaços sob o piso da casa incluem gado, porco, caprinos, coelho, gato, roedores, peixes, grandes aves (como galinha e peru), tartarugas e moluscos (Cipolla, 2005, 2008; Cipolla; Silliman; Landon, 2010).

MEMÓRIA E PRÁTICA NA RESERVA DOS EASTERN PEQUOT

Uma maneira de interpretar as informações arqueológicas dos Eastern Pequot até o momento seria examiná-las em busca de evidências de mudança e continuidade cultural. Seria muito fácil alegar que o maior número de artefatos “europeus” encontrados nas residências dos Eastern Pequot nos séculos XVIII e XIX, comparado ao que se sabe sobre suas práticas culturais dos séculos XVI e XVII (por exemplo, uso de líticos, produção cerâmica local, uso de contas de conchas), indica que eles passaram por uma mudança cultural significativa. No entanto, pelas razões delineadas, essa generalização ampla corre o risco de obscurecer a complexidade do contexto e a historicidade das práticas materiais e de representar erroneamente a natureza das tradições culturais, da persistência e da sobrevivência. Em vez disso, uma análise mais detalhada dos sítios e da cultura material associada em seus contextos diacrônicos, com seus significados culturais mutáveis e nas escalas de memória provavelmente em jogo dentro das famílias e em toda a comunidade da reserva, acentuava os problemas do dilema entre mudança e continuidade e oferecia potenciais possíveis saídas.

ESTUDO DIACRÔNICO

Qualquer avaliação de mudança ou continuidade nas residências da reserva dos Eastern Pequot deve ser definida dentro de um quadro temporal apropriado, um ponto bem argumentado por Lightfoot (1995) e Tveskov (2007) em seus estudos na costa oeste da América do Norte. Estabelecer um parâmetro das práticas culturais dos Pequot para os períodos imediatamente anteriores ao contato e no início do período colonial fornece um elo necessário na cadeia histórica, mas não deve servir como referência para todos os períodos na reserva. Comparar sítios arqueológicos sequencialmente com esse parâmetro – ou seja, comparar cada sítio escavado com o parâmetro, sem compará-los entre si – geraria uma interpretação de que todos esses sítios representavam uma mudança cultural. Tal comparação seria (e de fato foi) tentadora, especialmente nas primeiras etapas do projeto de pesquisa, quando apenas um ou dois sítios haviam sido

escavados. Por exemplo, antes de 2005, a maioria dos sítios estudados datava do início a meados do século XIX, e pareciam representar elementos de mudança em relação ao século XVII. Esse tipo de salto interpretativo não é incomum em estudos arqueológicos desse gênero. No entanto, a perspectiva diacrônica do projeto revelou as falhas nesse tipo de comparação. Descobertas e escavações subsequentes de sítios intermediários entre o parâmetro e o século XIX forneceram elos necessários na cadeia e oferecem oportunidades para mudar as escalas de comparação. Justapor o local do século XIX de 102-113 com o instantâneo do parâmetro pode sugerir mudanças consideráveis com o desaparecimento das tradições cerâmicas nativas americanas, da manufatura de contas de conchas, e a diminuição das práticas líticas, bem como das atividades tradicionais de caça e coleta que complementavam a horticultura. No entanto, colocar o mesmo sítio ao lado de outro das últimas décadas do século XVIII (102-123) sugeriu continuidade. Na verdade, a análise dos três sítios resumidos indica considerável continuidade ao longo de cem anos na reserva, especialmente no aspecto crucial da manutenção da residência na própria terra. Não posso oferecer nenhuma justificativa viável para descartar esse último padrão em favor do primeiro e, de fato, argumentaria que o último padrão opera mais alinhado com a escala de memórias sociais da comunidade e das residências. As evidências apontam para estratégias e práticas de persistência comunitária, ou pelo menos trajetórias culturais, em vez de qualquer caso facilmente definido como simples mudança ou continuidade.

ESCALAS DE MEMÓRIA

As escalas de memória social desempenham um papel significativo na reformulação ou implementação de práticas culturais. Quais recursos os agentes sociais utilizam para suas ações, e onde eles estão situados no tempo e no espaço? Esta é, em parte, uma questão de tradição e *habitus*, mas não algo que possa ser facilmente definido com antecedência (Pauketat, 2001a; Tveskov, 2007). Trabalhar apenas com a noção de um parâmetro pré-contato pressupõe que todos os agentes sociais – jovens ou idosos, homens ou mulheres, economicamente estáveis ou desfavorecidos – utilizam o mesmo conjunto de conhecimentos, práticas e memórias, independentemente da passagem do tempo. Isso presumiria que os membros da comunidade dos Eastern Pequot vivendo na reserva em 1690 utilizavam práticas do início a meados de 1600 para orientar suas ações e que os Eastern Pequot habitando a reserva 150 anos depois, em 1840, fariam o mesmo. Mas isso é razoável?

Se o povo dos Eastern Pequot transmitiu muitas de suas tradições e práticas culturais no contexto de residências e socialização intergeracional, como acontece com a maioria das sociedades humanas, então essa escala de prática cultural e memória precisa ser reconhecida, em vez de ser obscurecida por uma dependência crescente do tempo decorrido até o parâmetro do “presente etnográfico”. Isso não significa que os agentes sociais indígenas nos séculos XVIII e XIX ignoravam ou nada sabiam sobre esses mundos pré-coloniais ou do início do período colonial, mas que eles podem tê-los articulado com diferentes escalas de história e conhecimento. Certamente, a história dos Eastern Pequot desde o século XVII teve momentos críticos em que indivíduos ou famílias mudaram as dimensões materiais de suas vidas, às vezes adotando bens produzidos pelos europeus no mercado, às vezes abandonando materiais que seus ancestrais usavam regularmente. O ritmo e a extensão dessas mudanças merecem atenção cuidadosa, particularmente porque os registros documentais e arqueológicos para a reserva sugerem tempos bastante variáveis para essas mudanças na cultura material e na arquitetura.

Mas esses momentos que poderíamos chamar de mudança não se repetiam a cada geração. Ou seja, cada nova geração de crianças não teve pais adotando esses bens de mercado, como cerâmicas e ferramentas de metal. Em vez disso, esses bens já faziam parte das práticas domésticas e, talvez, até mesmo das tradições familiares ou comunitárias, podendo ser herdados, por assim dizer, por meio da socialização básica e do uso cotidiano. Em certo sentido, estavam enraizados na experiência doméstica e na própria terra, tornando-se parte do que significava ser Eastern Pequot, embora talvez não de maneira emblemática. Alguns indivíduos podem ter questionado seus parentes ou amigos vivendo dentro ou perto da reserva quando começaram a adquirir bens dos mercados coloniais pela primeira vez, mas é difícil imaginar que continuaram a fazê-lo por gerações subsequentes, especialmente se eles próprios também começaram a usar objetos semelhantes.

Esses materiais podem ter sido absorvidos, talvez rotineiramente e não completamente de forma consciente, no *habitus* (Bourdieu, 1977, 1990). O que antes era *heterodoxia* pode ter se deslocado mais (embora provavelmente não completamente) para o reino da *doxa*, a nova forma de fazer as coisas. Esses objetos materiais tornaram-se elementos na reprodução social, tanto no uso contínuo quanto na propagação de práticas apoiadas por eles. Isso não significa que a continuidade aparente por cem anos na reserva representou passividade em ação ou intenção, nem sugere uma diminuição da “prática política” (Silliman, 2001) negociada pelos agentes sociais; em vez disso, sinaliza o trabalho ativo da memória e a persistência de materialidades para manter essas práticas mais próximas temporalmente. Ou, como descreve Joyce (2008; Jones, 2007), continuidade significa prática repetitiva projetada para manter as conexões materiais e sociais entre agentes humanos e objetos.

Talvez o cultivo dessas memórias sociais particulares também tenha sinalizado o inverso do trabalho de memória – mais esquecimento social – de práticas materiais mais antigas como uma estratégia de avançar em mundos coloniais complexos. Como Connerton (2006), Forty (1999), Mills (2008) e outros observam, o esquecimento deve ser reconhecido como um componente-chave da memória social, e devemos estar cientes das maneiras como ele é um processo ativo. O processo de esquecimento social pode acontecer, no entanto, de formas menos ligadas a atos nacionais, formais ou rituais. Não exibir ou usar certos objetos – como cerâmicas artesanais ou *wampum* (contas de concha) – em uma residência dos Eastern Pequot nos séculos XVIII e XIX oferece um meio pungente para esse tipo de esquecimento ativo, intencional ou não, por meio das gerações e de maneiras muito corporais e práticas. Deve-se lembrar, no entanto, que o esquecimento de uma prática material não se traduz em esquecimento da história ou da comunidade outrora moldada por essas práticas ou por esses materiais que as compõem. Não se pode usar tudo o que está disponível, assim como não se pode lembrar de tudo o que passou.

No entanto, a escala mais curta de memória coletiva envolvida na reprodução social discutida aqui para os Eastern Pequot históricos não significa que conexões mais profundas com a herança cultural não pudessem ser ou não foram forjadas. Ou seja, a interação entre lembrar e esquecer não era tão linear, como ilustram as ferramentas de pedra.

Artefatos líticos tendem a ser considerados emblemas da cultura material e da identidade nativa americana no período colonial, sendo sua presença um sinal de continuidade e, sua ausência, um sinal de mudança cultural (Cobb, 2003). Ainda assim, os sítios da reserva dos Eastern Pequot até agora sugerem algo mais complexo e talvez inesperado. O sítio mais antigo escavado na reserva, 102-124, estimado para datar entre 1740 e 1760, revelou apenas um pequeno número de artefatos líticos, principalmente

na forma de lascas. O sítio seguinte em antiguidade, 102-123, datado da segunda metade do século XVIII e provavelmente abandonado como residência no início do século XIX, produziu pouquíssimas lascas, um fragmento de ponta de flecha de idade desconhecida e duas peças inequívocas de vidro de janela trabalhado.

O sítio mais recente escavado, 102-113, datado das primeiras décadas do século XIX, não produziu vidro trabalhado e muito poucos materiais líticos – embora análises de descarnes sugiram o provável uso de ferramentas de pedra, apesar de sua ausência no registro material (Cipolla, 2008) – exceto por uma descoberta surpreendente.

Enterrado em uma fossa de lixo escavada e preenchida durante a ocupação do sítio com detritos de ossos de gado e porcos, fragmentos de garrafa de vidro, *pearlware*, *redware* e objetos de metal, havia um machado de pedra, um fragmento de tigela de esteatita e uma ponta de projétil de argilito que, estilística e materialmente, sinalizam um período diferente. Outro fragmento de pedra-sabão também foi encontrado em um espaço de terra que existia sob a casa vizinha. Considerada isoladamente, essa tríplice coocorrência e a ponta formada no estilo *fox creek lanceolate* sugerem uma data entre os períodos arcaico terminal/transicional e *woodland* médio, abrangendo aproximadamente de 3700 a 1000 A.P. O contexto de deposição, no entanto, situa inequivocamente esses objetos às vezes próximos da década de 1830. Portanto, em uma reviravolta inesperada, a unidade doméstica mais recente escavada na reserva – aquela que é posterior ao uso de vidro de janela como matéria-prima para tecnologia lítica e que tinha menos lascas líticas do que os sítios anteriores – produziu as ferramentas líticas mais formais, embora provavelmente tivessem milhares de anos. Tendo determinado que sua incorporação aos resíduos domésticos não fora um mero acaso gerado pelos residentes do sítio terem escavado o espaço sob aquela casa de madeira enquadrada em um sítio pré-existente do período *woodland* inicial ou arcaico terminal e, considerando quase impossível que esses objetos tenham sido preservados e transmitidos por cem gerações, posso argumentar que alguém nessa residência da reserva deve ter encontrado esses itens antigos (talvez durante uma caminhada ou enquanto arava um campo próximo), levando-os para casa e, por fim, descartando-os no lixo. Suas intenções específicas podem nunca ser conhecidas, mas a inserção de itens materiais antigos nos espaços habitados no século XIX subverte qualquer noção simplista de mudança e continuidade.

Essa continuidade cultural aconteceu porque os nativos americanos usaram tecnologias líticas por milênios na Nova Inglaterra, embora não recentemente em residências de reservas? Ou é uma mudança cultural, já que a reincorporação dessa tecnologia (mesmo que não predominantemente, mas apenas de alguns objetos antigos) ocorreu após várias gerações quando o uso de ferramentas de pedra havia diminuído, senão desaparecido, nas residências dos Eastern Pequot na reserva? Tanto quanto as(os) arqueólogas(os) frequentemente retratam ferramentas de pedra como indicações inequívocas de padrões culturais inalterados dos nativos americanos, elas merecem uma análise mais detalhada (Silliman, 2001, 2003).

Sugiro que esses itens foram reincorporados às práticas dos Eastern Pequot, evocando memórias sociais mais profundas e trazendo-os de volta ao discurso e à visibilidade. Eles destacaram uma conexão material com o patrimônio para os povos nativos americanos que viviam em uma reserva não muito diferente da de seus pais, mas muito diferente da de seus ancestrais não tão distantes. Talvez se lembrassem de histórias transmitidas de geração em geração sobre um tempo em que os Pequot caçavam com flechas e lanças de ponta de pedra ou cozinhavam em tigelas de pedra-sabão. Talvez simbolizassem um passado nostálgico interrompido pela intervenção colonial e ajudassem os residentes das casas a contar e recontar narrativas sobre suas origens

e identidades. Talvez alguns desejassem esse passado, enquanto outros acolhessem as tecnologias que agora substituíam as ferramentas de pedra. Provavelmente nunca saberemos. No entanto, esses símbolos materiais não interromperam as conexões mais próximas que as pessoas tinham com os bens do mercado e com a comunidade e as práticas que sustentavam, e acabaram sendo descartados como lixo cotidiano nos arredores de uma casa de estrutura de madeira. Talvez esse descarte em uma lixeira, em vez de em outro lugar fora da casa, tenha resultado de debates internos da família sobre seu significado e adequação; talvez eles tenham sido novamente apanhados nas lutas materiais e sociais entre lembrar e esquecer.

OBJETOS CULTURAIS

O caso dos Eastern Pequot desvela ainda mais a identificação acrítica de objetos culturais que representam mudança-continuidade e Europeu-Nativo americano, especialmente quando estes são inadequadamente ancorados em um referencial do início do século XVII. Para ilustrar, uso *redware* (cerâmica vermelha), que é uma cerâmica relativamente grossa, esmaltada com chumbo, moldada em roda e de corpo vermelho, produzida comercialmente na Europa e importada para as colônias britânicas e, posteriormente, fabricada localmente por oleiros regionais. Esse artefato está presente em quase todos os sítios coloniais nos séculos XVII, XVIII e início do XIX na Nova Inglaterra (Noel Hume, 2001; Turnbaugh, 1983).

A questão é: como a cerâmica vermelha em uma residência dos Eastern Pequot da década de 1830 pode continuar sendo um artefato europeu/euro-americano (e um que supostamente evidencia mudança cultural)⁴, se já estava em uso na reserva e, possivelmente em residências ancestrais desta por um século? Enquanto a cerâmica vermelha, um artefato comum encontrado nos sítios dos Eastern Pequot do início do século XVIII até meados do século XIX, foi inicialmente um artefato europeu/euro-americano, recém-introduzido e adotado nas práticas materiais nativas americanas, ela não poderia continuar sendo considerada como tal.

Crianças dos Eastern Pequot criadas em residências com cerâmica vermelha e que, posteriormente, a compraram e usaram em suas próprias casas quando adultas, com seus próprios filhas(os), transformaram esses objetos em portadores de significados e práticas culturais próprias. Provavelmente compraram, venderam, trocaram, presentearam e descartaram essas vasilhas de cerâmica em contextos sociais que compunham os elementos fundamentais da vida comunitária dentro e ao redor da reserva. O mesmo pode ser dito sobre itens de vestuário, como fivelas e botões, conforme analisado por Patton (2007) em seu estudo sobre vestimentas em reservas indígenas, ou sobre cerâmicas e comunidade, conforme discutido por McNeil (2005). Quando usados na reserva e na vida comunitária nativa americana, *esses itens tornaram-se objetos dos Eastern Pequot*. No entanto, isso não ocorreu de maneira passiva, inerente, universal, inequívoca ou automaticamente; em vez disso, essa transformação se deu por meio da agência social contextual dos indivíduos, que os integraram a esses itens com práticas existentes e novas, deslocando seus significados coloniais originais para funcionar e transmitir significado nas tradições culturais e no universo material dos Eastern Pequot.

⁴ É claro que os objetos são artefatos europeus/euro-americanos quando fazem parte das práticas das residências de colonos ou assentados, desde que, é claro, esses artefatos não sejam também manuseados por trabalhadores de ascendência indígena ou africana, o que complica ainda mais a relação entre identidade cultural, origem da fabricação e uso prático (Silliman, 2010).

Nesse estágio do projeto plurianual, ainda não estou pronto para afirmar quando isso aconteceu para qualquer item de cultura material específico, em grande parte porque esse processo foi composto por uma sequência de transformações, e não por um evento único. A reserva serviu como um repositório histórico e contemporâneo de memória social e materialidades culturais sobre os quais os membros da comunidade podiam se basear em suas práticas diárias. Alguns objetos materiais atendiam bem a esses propósitos, outros provavelmente foram suficientes, e outros eram, sem dúvida, menos apropriados ou menos úteis. Da mesma forma, alguns datavam da geração dos pais de um indivíduo, enquanto outros remontavam a séculos ou até milênios de práticas culturais.

Se os Eastern Pequot usavam cerâmica vermelha, pregos, facas de metal e vidrarias para facilitar a criação de crianças, preparar comida e alimentar suas famílias, garantir a economia doméstica, redistribuir trabalho social ou tecer redes comunitárias na reserva – e as evidências arqueológicas até o momento sugerem que sim – então não deveríamos classificar esses objetos de europeus/euro-americanos (e indicadores de mudança cultural), quando os indivíduos claramente fizeram essa cultura material funcionar dentro de registros culturais importantes para a comunidade dos Eastern Pequot. Como Simmons (1986, p. 261) observou, “os sobreviventes [dos pontos de virada coloniais] sustentaram-se por meio de construções sociais e culturais que se basearam tanto no novo quanto no antigo”.

Nenhum desses aspectos exclui os significados potenciais que podem ter acompanhado tais objetos de mercado para seus usuários e observadores, mas estes devem ser estabelecidos em contextos históricos reais. No caso dos Eastern Pequot, esses contextos envolveram considerável adaptabilidade às margens da economia colonial, em um cenário de racismo, expropriação de terras e, simultaneamente, de confinamento e defesa de sua reserva (Silliman; Witt, 2010; Witt, 2007). Da mesma forma, nada disso exige que as(os) arqueólogas(os) interpretem uma vasilha de *creamware*, potencialmente passada de avós nativos americanos para seus netos ou dada como presente entre primos, como tendo o valor cultural ou potencial de memória que um cesto de fibras ou um colar de contas que também poderiam ter sido passados adiante⁵. Essas continuam sendo questões contextuais, e é fácil imaginar casos em que objetos feitos à mão ou aqueles que podem ser ligados a memórias sociais diferentes (ou mais profundas) podem evocar significados culturais distintos. Ainda assim, praticamente todo artefato encontrado em um sítio dos Eastern Pequot deve ser considerado, antes de tudo, um artefato dos Eastern Pequot, não como um emblema de etnicidade ou estilo, mas como um constituinte de práticas sociais que fomentavam a produção e a reprodução cultural. Talvez se pudesse ir tão longe a ponto de chamá-los também de artefatos nativos americanos, apenas para desafiar as suposições que muitas pessoas têm sobre as ligações assumidas entre cultura, identidade e objetos. O ponto mais importante, no entanto, é situar essas interpretações e categorias em contextos cultural e historicamente específicos.

Se não reconsiderarmos essas categorias conceituais e não prestarmos cuidadosa atenção às evidências documentais e da história oral, corremos o risco de identificar erroneamente muitos sítios nativos americanos ou outros indígenas após o impacto total do colonialismo. Por exemplo, seguindo a lógica de um dos fundadores da arqueologia histórica, que definiu sítios como “não Aborígenes” quando tinham “conjuntos de artefatos...

⁵ Aprecio muito a discussão perspicaz que tive com Edith Thomas sobre esse assunto quando ela trabalhou na reserva comigo em 2006. Sua própria experiência como mulher Akimel O’otham/San Carlos Apache e arqueóloga do Arizona clarificou meu pensamento sobre o assunto.

total ou quase totalmente não Indígenas” (Fontana, 1965, p. 63), alguém poderia tentar sugerir que os três sítios discutidos neste artigo pertenciam a residências de colonos ou assentados porque tinham perfis materiais muito semelhantes aos de casas europeias/euro-americanas. Esse risco seria ainda maior se esses sítios tivessem sido encontrados fora da reserva, onde muitos Eastern Pequot viviam enquanto permaneciam conectados às suas histórias e famílias na própria reserva. De fato, suspeito que muitos tenham passado despercebidos e que essa classificação errônea seja generalizada em toda a América do Norte e em outros lugares. Por todas as razões delineadas neste artigo até agora, essa conclusão seria profundamente falha, não apenas por negligenciar as evidências documentais e arqueológicas sobre quem residia na reserva, mas também por priorizar (fetichizar?) os artefatos, em vez das materialidades que os incorporam, dos agentes que os utilizam e das práticas por eles moldadas. Portanto, imploro a outras(os) arqueóloga(os) que trabalham em sítios domésticos ambíguos em áreas colonizadas que sejam muito cuidadosos com suas atribuições culturais de casas e objetos.

CONCLUSÃO

Uma perspectiva de longo prazo sobre as respostas diacrônicas e variáveis de uma comunidade nativa americana ao colonialismo e à vida em reserva proporcionou a oportunidade de fazer mais do que simplesmente aplicar a teoria. Ela ofereceu um contexto para repensá-la, não apenas para aprimorar a interpretação das experiências únicas dessa comunidade, mas também para reformular abordagens arqueológicas sobre materialidade, prática e memória. Rótulos culturais de longa data para as classes de artefatos deram lugar a atribuições mais fundamentadas baseadas em seu papel na prática diária e no processo de lembrança social nas terras da reserva. Paralelos podem ser encontrados em projetos arqueológicos tão distantes quanto o Mediterrâneo antigo (Dietler, 2005; Van Dommelen, 2002, 2005) e a Austrália (Harrison, 2002, 2004), ou mais próximos, nas abordagens pós-coloniais da arqueologia da América do Norte, algumas das quais foram mencionadas anteriormente (Hodge, 2005; Lightfoot; Martinez; Schiff, 1998; Loren, 2001b, 2008; Tveskov, 2007; Wilcox, 2002).

Ideias sobre mudança e continuidade cultural perderam sua oposição polar e parecem menos adequadas a um estudo multiescalar baseado em memória social e prática. Talvez uma abordagem dialética para mudança e comunidade possa se desenvolver nesse espaço, reconhecendo que mudança e continuidade são, na verdade, a mesma coisa ou, pelo menos, dimensões particulares do mesmo fenômeno (Silliman, 2005, p. 66). Ou seja, para agentes sociais, comunidades ou residências avançarem, eles precisam tanto mudar quanto permanecer os mesmos. Mas avançar significa, ao mesmo tempo, dar continuidade. Assim, a incorporação de objetos chamados “europeus/euro-americanos” nas práticas culturais indígenas ocorre de maneira a garantir sua sobrevivência como indivíduos, famílias e comunidades e não deve nos levar a interpretá-los em termos de perda ou aquiescência passiva.

Em vez disso, elas representam adições e ações situadas na lembrança e no esquecimento social. Representam o que Joyce (2008, p. 39) chama de “materialidades padronizadas” – os fragmentos mais prováveis de redes passadas de conhecimento e memória, intencionalidade e ação, personalidade e disposições corporificadas. Um exemplo do próprio processo arqueológico, e não apenas do passado arqueológico, pode revelar uma dimensão adicional do argumento desenvolvido neste artigo. A Nação Tribal dos Eastern Pequot solicitou o projeto arqueológico que se desenvolveu na Escola de Campo Arqueológico dos Eastern Pequot, mas não sem reformulá-lo de maneiras que se alinharam com as sensibilidades culturais sobre a reserva e suas terras ancestrais (Silliman; Dring, 2008).

Aqui, as novas práticas e objetos da pesquisa arqueológica foram admitidos no território e nos domínios culturais da comunidade dos Eastern Pequot. No entanto, a introdução de uma disciplina com raízes coloniais e ocidentais não significou que a comunidade se tornasse menos Eastern Pequot. Pelo contrário, essas “ferramentas” foram colocadas a serviço da comunidade, e seus oficiais designados para a preservação histórica mitigaram as perturbações do solo causadas pelas escavações ao realizar oferendas de tabaco em cada unidade aberta e ao purificar ritualmente todos os participantes (Silliman; Dring, 2008). Refletindo, talvez, a negociação de novos materiais e práticas em séculos anteriores, a memória social e as conexões com a terra encontraram nova expressão no contexto da própria arqueologia.

Em conclusão, as implicações dessa reconceitualização vão muito além da academia e daqueles interessados na história da América do Norte. Elas têm importantes ramificações políticas. As pessoas da arqueologia e o público em geral tendem a ver o aumento da dependência de bens de mercado por parte dos nativos americanos ao longo do século XIX como evidência de mudança cultural ou, de forma mais perniciosa, como sinais de aculturação – isto é, tornando-se menos indígenas e mais europeus ou brancos. Esses povos são julgados culturalmente, independentemente dos papéis desempenhados pela economia, pelo trabalho, pela acessibilidade, pela marginalização, pelo apoio familiar ou por qualquer outro fator em suas escolhas. O caso dos Eastern Pequot revelou os limites desse julgamento, particularmente quando os chamados bens “Europeus” servem às práticas das comunidades e residências indígenas.

Nossas interpretações precisam ser sensíveis à memória social desses atores do passado, em vez de se basearem nas noções de senso comum da memória social dominante dos Estados Unidos, que “se lembra” – seletiva e politicamente – de como um indígena deveria ou não parecer ou agir.

Esses mesmos julgamentos culturais não foram aplicados às famílias de europeus e euro-americanos na América do Norte. Onde estão as interpretações arqueológicas e históricas que consideram os euro-americanos nas primeiras décadas da formação dos Estados Unidos como tornando-se mais chineses porque possuíam porcelana de Cantão ou Nanquim em suas casas? Os mesmos padrões aplicados à mudança e à continuidade cultural dos nativos americanos claramente não são direcionados às residências não indígenas, e isso por uma boa razão. A maioria vê essas famílias de europeus/euro-americanos como utilizando o mercado global crescente como um recurso para sua persistência. O que deveria ser evidente é que o caso dos Eastern Pequot discutido aqui revela o mesmo resultado.

Da mesma forma, onde estão os estudos que analisam as casas do século XXI nos Estados Unidos para verificar quão cambojanos ou guatemaltecos seus moradores se tornaram pelo fato de suas roupas terem etiquetas indicando que foram produzidas nesses países? Essas interpretações não ocorrem porque todos sabem que a questão não é enquadrada adequadamente (e provavelmente seria considerada absurda)⁶ e atribui

⁶ Não defendo que devemos ignorar completamente as origens, como foi mencionado anteriormente no artigo, pois isso negaria as maneiras muito reais pelas quais as pessoas frequentemente atribuem significado aos objetos. Em vez disso, estou contrapondo opções interpretativas que são e não são utilizadas para avaliar identidades culturais e autenticidades. Além disso, ignorar as origens também serviria a agendas políticas perigosas no mundo globalizado do século XXI, ao alienar ainda mais as pessoas (consumidores) dos bens que adquirem. Os cidadãos do mundo precisam ter mais consciência sobre a procedência de seus produtos – fábricas exploradoras, fazendas industriais, plantações de comércio justo, jardins orgânicos – e não menos. No entanto, esse é um outro argumento para um contexto diferente.

um significado excessivo às origens dos objetos nas práticas cotidianas. Então, por que persistimos em aplicar esses padrões aos nativos americanos, historicamente e ainda hoje? A conscientização política e a adoção de estruturas analíticas mais rigorosas são necessárias para lidar com essa discrepância.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e reconhecer os membros da comunidade da Nação Tribal dos Eastern Pequot (até o verão de 2008), cujas contribuições como presidentes comunitários, estagiários, consultores, oficiais de preservação histórica e escavadores no local tornaram este projeto prazeroso e bem-sucedido: Nuffy Cagle, George “Old Crow” Cook, Royal “Two Hawks” Cook, Jim Cunha, Katherine “Wataswan” Sebastian Dring, Alicia Flowers, Marcia Flowers, Darlene “Tubby” Fonville, Natasha Gambrell, Brenda Geer, Sakima Jackson, Eustace Lewis, Linda McCall, Norma Parrish, Lewis Randall, Bobby “Little Bear” Sebastian, Ralph “Sequoyah” Sebastian, Roy Sebastian (Chief Hockeo) e Shianne Sebastian. Além disso, não posso expressar gratidão suficiente ao Conselho Tribal, coletivamente, por seus insights, encorajamento e aprovação para continuar este trabalho e distribuir seus resultados a públicos mais amplos. Além disso, esta pesquisa não teria sido possível sem o trabalho árduo de muitos estudantes de graduação e pós-graduação ao longo dos anos, que se tornaram muitos para serem reconhecidos individualmente. Também agradeço a generosidade e disposição para discutir ideias e compartilhar dados sempre demonstrada por Kevin McBride, Russ Handsman, Jason Mancini e outros no Museu e Centro de Pesquisa Mashantucket Pequot. As ideias apresentadas neste artigo foram aprimoradas graças à leitura cuidadosa e crítica de Tim Pauketat, Patrick Lyons e outros revisores anônimos, bem como pela audiência que assistiu a uma apresentação anterior deste material no Museu de Arqueologia e Etnologia Peabody, da Universidade de Harvard. Este projeto foi financeiramente apoiado pela National Science Foundation (BCS #0623532), pela Wenner-Gren Foundation e pela Universidade de Massachusetts Boston. Michelle Rosado Martír ajudou a traduzir o resumo para o espanhol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, Susan E. *Archaeologies of the Greek past: landscape, monuments, and memories*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002.
- BARRETT, John C. Agency, the duality of structure, and the problem of the archaeological record. In: HODDER, Ian (ed.). *Archaeological theory today*. Oxford (UK): Blackwell, 2001. p. 141-164.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of the theory of practice*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Cambridge (UK): Polity Press, 1990.
- BRAGDON, Kathleen J.; SIMMONS, William S. *Eastern Pequot Indians of Connecticut: petition for federal acknowledgement as an American Indian Tribe*. Washington (DC/EUA): Department of the Interior, 1998.
- BRAGDON, Kathleen. The material culture of the Christian Indians of New England, 1650-1775. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1988. p. 126-131.
- BREGLIA, Lisa. *Monumental ambivalence: the politics of heritage*. Austin (Texas/EUA): University of Texas Press, 2006.

- BREGLIA, Lisa. When patrimonies collide: the case of Chunchucmil, Yucatán. In: MORTENSON, Lena; HOLLOWELL, Julie (ed.). *Ethnographies and archaeologies: iterations of the past*. Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 2009.
- CAMPISI, Jack. The emergence of the Mashantucket Pequot Tribe, 1637-1975. In: HAUPTMAN, Laurence M.; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots in Southern New England: the fall and rise of an American Indian Nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 117-139.
- CAVE, Alfred A. *The Pequot War*. Amherst (Massachusetts/EUA): University of Massachusetts Press, 1996.
- CIPOLLA, Craig N. *Negotiating boundaries of colonialism: nineteenth-century lifeways on the Eastern Pequot Reservation, North Stonington, Connecticut*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2005.
- CIPOLLA, Craig N. Signs of identity, signs of memory. *Archaeological Dialogues*, v. 15, n. 2, p. 196-215, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203808002675>.
- CIPOLLA, Craig N.; SILLIMAN, Stephen W.; LANDON, David B. “Making do”: nineteenth-century subsistence practices on the Eastern Pequot Reservation. *Northeast Anthropology*, v. 74, n. 2, p. 41-64, 2010.
- COBB, Charles (ed.). *Stone tool traditions in the contact era*. Tuscaloosa (Alabama/EUA): University of Alabama Press, 2003.
- CONNERTON, Paul. Cultural Memory. In: TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susan; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (ed.). *Handbook of material culture*. London (UK): Sage, 2006. p. 315-324.
- CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1989.
- CUSICK, James (ed.). *Studies in culture contact: interaction, culture change, and archaeology*. Carbondale (Illinois/EUA): Southern Illinois University, 1998.
- DEN OUDEN, Amy E. *Beyond conquest: native peoples and the struggle for history in New England*. Lincoln (Nebraska/EUA): University of Nebraska Press, 2005.
- DIETLER, Michael. The archaeology of colonization and the colonization of archaeology: theoretical challenges from an ancient Mediterranean colonial encounter. In: STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters: comparative perspectives*. Santa Fe (Novo México): School for American Research Press, 2005. p. 33-68.
- DWIGHT, Timothy. *Travels in New England and New York*. Cambridge (UK): Belknap Press of Harvard University Press, 1969. v. 3.
- EASTERN PEQUOT TRIBAL NATION. *Being an Indian in Connecticut: the Eastern Pequot Tribe of Connecticut’s comments on the proposed findings of the Bureau of Acknowledgment and Recognition of March, 2000*. Washington (DC/EUA): Bureau of Acknowledgment and Recognition, 2001.
- FEDORE, Michael A. *Consumption and colonialism: a zooarchaeological analysis of two eighteenth-century sites on the Eastern Pequot Reservation*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2008.
- FONTANA, Bernard L. On the meaning of historic sites archaeology. *American Antiquity*, v. 31, p. 61-65, 1965. DOI: <https://doi.org/10.2307/2694022>.

- FORTY, Adrian. Introduction. In: FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susan (ed.). *The art of forgetting*. Oxford (UK): Berg, 1999. p. 1-18.
- GOSDEN, Chris. *Archaeology and colonialism: cultural contact from 5000 BC to the present*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004.
- HALL, Martin. *Archaeology and the modern world: colonial transcripts in South Africa and the Chesapeake*. London (UK): Routledge, 1999.
- HARRISON, Rodney. Australia's Iron Age: aboriginal post-contact metal artifacts from old Lamboo Station, Southeast Kimberley, Western Australia. *Australasian Historical Archaeology*, v. 20, p. 67-76, 2002.
- HARRISON, Rodney. Shared histories and the archaeology of the pastoral industry in Australia. In: HARRISON, Rodney; WILLIAMSON, Christine (ed.). *After Captain Cook: the archaeology of the recent indigenous past in Australia*. Walnut Creek (Califórnia/EUA): AltaMira Press, 2004. p. 37-58.
- HART, Siobhan. Mixed assemblages and indigenous agents: decolonizing Pine Hill. *Northeast Anthropology*, v. 68, p. 57-72, 2004.
- HAUPTMAN, Laurence M. The Pequot War and its legacies. In: HAUPTMAN, Laurence M.; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots in southern New England: The Fall and Rise of an American Indian Nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 69-80.
- HODGE, Christina J. Faith and practice at an early-eighteenth-century Wampanoag burial ground: the Waldo Farm site in Dartmouth, Massachusetts. *Historical Archaeology*, v. 39, n. 4, p. 73-94, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03376705>.
- JONES, Andrew. *Memory and material culture*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2007.
- JOYCE, Rosemary A. Concrete memories: fragments of the Maya past in the Classic Maya present (500-1000 AD). In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 104-125.
- JOYCE, Rosemary A. Practice in and as deposition. In: MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008. p. 25-39.
- LIGHTFOOT, Kent G. Culture contact studies: redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, v. 60, p. 199-217, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/282137>.
- LIGHTFOOT, Kent G. *Indians, missionaries, and merchants: the legacy of colonial encounters on the California frontiers*. Berkeley (Califórnia/EUA): University of California Press, 2004.
- LIGHTFOOT, Kent G.; MARTINEZ, Antoinette; SCHIFF, Ann M. Daily practice and material culture in pluralistic social settings: an archaeological study of culture change and persistence from Fort Ross, California. *American Antiquity*, v. 63, p. 199-222, 1998. DOI: <https://doi.org/10.2307/2694694>.
- LILLEY, Ian (ed.). *Native title and the transformation of archaeology in a postcolonial world*. Sydney (Austrália): University of Sydney, 2000.
- LOREN, Diana D. Manipulating bodies and emerging traditions at the Los Adaes Presidio. In: PAUKETAT, Timothy R. (ed.). *The archaeology of traditions: the Southeast before and after Columbus*. Gainesville (Flórida): University Press of Florida, 2001a. p. 58-76.

- LOREN, Diana D. Refashioning a body politic in colonial Louisiana. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 13, n. 2, p. 231-237, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1017/S095977430322014X>.
- LOREN, Diana D. Social skins: orthodoxies and practices of dressing in the early colonial lower Mississippi Valley. *Journal of Social Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 172-189, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1177/146960530100100202>.
- LOREN, Diana D. *In contact: bodies and spaces in the sixteenth- and seventeenth-century Eastern Woodlands*. Lanham (Maryland/EUA): Alta Mira Press, 2008.
- LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (ed.). *The archaeology of colonialism*. Los Angeles (Califórnia): The Getty Research Institute, 2002.
- MCBRIDE, Kevin A. "Ancient & crazie": Pequot lifeways during the historic period. In: BENES, Peter (ed.). *Algonkians of New England: past and present*. Boston (Massachusetts/EUA): Annual Proceedings of the 1991 Dublin Folklife Seminar, 1993. p. 63-75.
- MCBRIDE, Kevin A. Cultures in transition: the eastern Long Island sound culture area in the prehistoric and contact periods. *Journal of Connecticut History*, v. 35, n. 1, p. 5-21, 1994. DOI: <https://doi.org/10.2307/44369379>.
- MCBRIDE, Kevin A. The historical archaeology of the Mashantucket Pequot. In: HAUPTMAN, Laurence; WHERRY, James D. (ed.). *The Pequots: the fall and rise of an American Indian nation*. Norman (Oklahoma/EUA): University of Oklahoma Press, 1990. p. 96-116.
- MCBRIDE, Kevin A. The legacy of Robin Cassacinamon: Mashantucket leadership in the historic period. In: GRUMET, Robert (ed.). *Northeastern Indian Lives, 1632-1816*. Amherst (Massachusetts/EUA): University of Massachusetts Press, 1996. p. 74-93.
- MCBRIDE, Kevin A. Transformation by degree: eighteenth century Native American land use. In: CAMPISI, Jack (ed.). *Eighteenth century native communities of southern New England in the colonial context*. Mashantucket (Nova Inglaterra/EUA): Mashantucket Pequot Museum and Research Center, 2005. p. 35-56.
- MCNEIL, Julie A. *Potsherds and people: considering the connections between ceramics and identity at the Eastern Pequot Tribal Nation Reservation, North Stonington, Connecticut*. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2005.
- MESKELL, Lynn. Memory's materiality: ancestral presence, commemorative practice, and disjunctive locales. In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 34-55.
- MESKELL, Lynn. *Object worlds in Ancient Egypt: material biographies past and present*. Oxford (UK): Berg, 2004.
- MILLS, Barbara J. Remembering while forgetting: depositional practices and social memory at Chaco. In: MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008. p. 81-108.
- MILLS, Barbara J.; WALKER, William H. (ed.). *Memory work: archaeologies of material practices*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School for Advanced Research Press, 2008.
- MURRAY, Tim (ed.). *The archaeology of contact in settler societies*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2004.
- MROZOWSKI, Stephen; HERBSTER, Holly; BROWN, David; PRIDDY, Katherine L. Magunkaquoq: Native American conversion and cultural persistence. In: CAMPISI, Jack (ed.).

- Eighteenth century native communities of southern New England in the colonial context.* Mashantucket (Nova Inglaterra/EUA): Mashantucket Pequot Museum and Research Center, 2005. p. 57-71.
- NOEL HUME, Ivor. *A guide to the artifacts of colonial America.* Philadelphia (Pennsylvania/EUA): University of Pennsylvania Press, 2001.
- OLIVIER, Laurent. The past of the present: archaeological memory and time. *Archaeological Dialogues*, v. 10, p. 204-213, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1380203804001254>.
- PATTON, Jonathan K. Material studies of Eastern Pequot clothing in eighteenth- and nineteenth-century Connecticut: issues in collaborative indigenous archaeology. Thesis (Master in Historic Archeology) – University of Massachusetts, Boston, 2007.
- PAUKETAT, Timothy R. A new tradition in archaeology. In: PAUKETAT, Timothy R. (ed.). *The archaeology of traditions: the Southeast before and after Columbus.* Gainesville (Flórida/EUA): University Press of Florida, 2001a. p. 1-16.
- PAUKETAT, Timothy R.; ALT, Susan. Mounds, memory, and contested Mississippian history. In: VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory.* Malden (Massachusetts/EUA): Blackwell, 2003. p. 151-179.
- PAUKETAT, Timothy R. Practice and history in archaeology: an emerging paradigm. *Anthropological Theory*, v. 1, p. 73-98, 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1177/146349960100100105>.
- PRINCE, Paul. Cultural coherency and resistance in historic-period Northwest-Coast mortuary practices at Kimsquit. *Historical Archaeology*, v. 36, n. 4, p. 50-65, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03374369>.
- QUIMBY, George L.; SPOEHR, Alexander. Acculturation and material culture. *Fieldiana: Anthropology*, v. 36, n. 6, p. 107-147, 1951. DOI: <https://doi.org/10.5962/bhl.title.5135>.
- RUBERTONE, Patricia E. *Grave undertakings: an archaeology of Roger Williams and the Narragansett Indians.* Washington (DC/EUA): Smithsonian Institution Press, 2001.
- RUBERTONE, Patricia E. The historical archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology*, v. 29, p. 452-446, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.29.1.425>.
- SALISBURY, Neal. *Manitou and providence: Indians, Europeans, and the making of New England, 1500-1643.* New York (Nova York/EUA): Oxford University Press, 1982.
- SCHRIRE, Carmel. *Digging through darkness: chronicles of an archaeologist.* Charlottesville (Virginia/EUA): University Press of Virginia, 1995.
- SILLIMAN, Stephen W. Agency, practical politics, and the archaeology of culture contact. *Journal of Social Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 184-204, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/146960530100100203>.
- SILLIMAN, Stephen W. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of Native North America. *American Antiquity*, v. 70, p. 55-74, 2005. DOI: <https://doi.org/10.2307/40035268>.
- SILLIMAN, Stephen W.; DRING, Katherine H. Sebastian. Working on pasts for futures: Eastern Pequot field school archaeology in Connecticut. In: SILLIMAN, Stephen W. (ed.). *Collaborating at the Trowel's Edge: teaching and learning in indigenous archaeology.* Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2008. p. 67-87.
- SILLIMAN, Stephen W. Indigenous traces in colonial spaces: archaeologies of ambiguity, origin, and practice. *Journal of Social Archaeology*, v. 10, n. 1: p. 28-58. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605309353127>.

- SILLIMAN, Stephen W. Using a rock in a hard place: Native American lithic practices in colonial California. In: COBB, Charles (ed.). *Stone tool traditions in the contact era*. Tuscaloosa (Alabama/EUA): University of Alabama Press, 2003. p. 127-150.
- SILLIMAN, Stephen W.; WITT, Thomas A. The complexities of consumption: Eastern Pequot cultural economics in 18th-century colonial New England. *Historical Archaeology*, v. 44, n. 4, p. 46-68, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF03376811>.
- SILVERMAN, David J. *Faith and boundaries: colonists, Christianity, and community among the Wampanoag Indians of Martha's Vineyard, 1600-1871*. New York (US): Cambridge University Press, 2005.
- SIMMONS, William S. *Spirit of the New England tribes: Indian history and folklore, 1620-1984*. Hanover (Nova Inglaterra/EUA): University Press of New England, 1986.
- STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School of American Research Press, 2005.
- THOMAS, Nicholas. *Colonialism's culture: anthropology, travel, and government*. Princeton (Nova Jersey/EUA): Princeton University Press, 1994.
- THOMAS, Nicholas. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge (UK): Harvard University Press, 1991.
- TURGEON, Laurier. The tale of the kettle: odyssey of an intercultural object. *Ethnohistory*, v. 44, n. 1, p. 1-29, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/482899>.
- TURNBAUGH, Sarah P. 17th and 18th century lead-glazed redwares in the Massachusetts Bay Colony. *Historical Archaeology*, v. 17, n. 1, p. 3-17, 1983.
- TVESKOV, Mark. Social identity and culture change on the southern Northwest Coast. *American Anthropologist*, v. 109, n. 3, p. 431-441, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.2007.109.3.431>.
- VAN DOMMELEN, Peter. Ambiguous matters: colonialism and local identities in Punic Sardinia. In: LYONS, Claire L.; PAPADOPOULOS, John K. (ed.). *The archaeology of colonialism*. Los Angeles (Califórnia/EUA): Getty Research Institute, 2002. p. 121-147.
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial interactions and hybrid practices: Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In: STEIN, Gil J. (ed.). *The archaeology of colonial encounters*. Santa Fe (Califórnia/EUA): School of American Research Press, 2005. p. 109-141.
- VAN DOMMELEN, Peter. Colonial matters: material culture and postcolonial theory in colonial situations. In: TILLEY, Christopher; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susan; ROWLANDS, Michael; SPYER, Patricia (ed.). *Handbook of material culture*. London (UK): Sage, 2006, p. 104-123.
- VAN DYKE, Ruth M.; ALCOCK, Susan E. (ed.). *Archaeologies of memory*. Malden (Massachusetts/EUA): Wiley-Blackwell, 2003.
- VAN DYKE, Ruth M. Memory, meaning, and masonry: the Late Bonito Chacoan landscape. *American Antiquity*, v. 69, p. 413-431, 2004. DOI: <https://doi.org/10.2307/4128400>.
- VAN DYKE, Ruth M. Temporal scale and qualitative social transformation at Chaco Canyon. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 19, n. 1, p. 70-78, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0959774308000073>.
- WILCOX, Michael V. Social memory and the Pueblo Revolt: a postcolonial perspective. In: PREUCEL, Robert W. (ed.). *Identity, meaning, and renewal in the Pueblo world*. Albuquerque (Novo México): University of New Mexico Press, 2002. p. 167-179.

WITT, Thomas A. *Negotiating colonial markets: the navigation of eighteenth-century colonial economies by the Eastern Pequot*. Thesis (Master) Boston: University of Massachusetts, Boston, 2007.

YOFFEE, Norman (ed.). *Negotiating the past in the past: identity, memory, and landscape in archaeological research*. Tucson (Arizona/EUA): University of Arizona Press, 2007.